



EDIÇÃO Nº 142 | DISPONIBILIZAÇÃO: Segunda-feira, 17 de agosto de 2026 | PUBLICAÇÃO: Terça-feira, 18 de agosto de 2026

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Qd 2 Lt 3

Edifício Adail Belmonte

Brasília - DF - CEP: 70070-600

Telefone: (61) 3366-9100

www.cnmp.mp.br

SUMÁRIO

Presidência.....	1
Secretaria Geral.....	15
Plenário.....	16
Corregedoria Nacional.....	19

PRESIDÊNCIA**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

12ª Sessão Ordinária de 2026

Data: 25/08/2026

Horário: 09:00

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília/DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação da Ata da 11ª Sessão Ordinária (06/08/2026).

PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA

Pedido de Vista na 20ª Sessão Ordinária de 2025 (16/12/2025)

1) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01086/2025-80

Requerente: Christiana Ramalho Leite Cavalcante

Advogado: Leonardo Accioly da Silva – OAB/PE nº 17265

Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 007/2024. Determinação para suspensão do ajuizamento da Ação Civil Pública de perda do cargo. Pedido liminar.

Relator: Cons. Carl Olav Smith

Origem: Pernambuco

Vista: Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Processos com pedido de vista cancelado em razão do término do mandato do vistor

2) Proposição nº 1.00393/2019-23

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Modifica o § 3º, acrescenta o § 4º e renumera os antigos §§ 4º e 5º do art. 77 do RICNMP.

Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda

Origem: Distrito Federal

3) Proposição nº 1.00281/2021-97

Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Vedações impostas aos membros do Ministério Público brasileiro, em razão do exercício do cargo, consolidando as Resoluções nº 5/2006; nº 8/2006; nº 16/2007; nº 18/2007; nº 73/2011; nº 132/2015; nº 133/2015; nº 144/2016; e nº 224/2021.

Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Distrito Federal

PROCESSOS REMANESCENTES

Incluído na Pauta da 1ª Sessão Extraordinária de 2026 (27 e 28/01/2026)

4) Proposição nº 1.00892/2024-88

Requerente: Cíntia Menezes Brunetta

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição das diretrizes para a elaboração do Programa de Integridade pelos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, e revoga a Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN nº 6/2023.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Distrito Federal

Incluído na pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2026 (10/03/2026)

5) Proposição nº 1.01365/2025-44

Requerente: Karen Luise Vilanova Batista de Souza

Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 170, de 13 de junho de 2017, para adequá-la à Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas em concursos públicos, e revoga dispositivos em

desconformidade com a nova legislação.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2026 (28/04/2026)

6) Proposição nº 1.01328/2025-27

Requerente: Ivana Lucia Franco Cei

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui o Código de Ética das Ouvidorias do Ministérios Públicos dos Estados e da União e dá outras providências.

Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão Ordinária de 2026 (26/05/2026)

7) Reclamação Disciplinar nº 1.01067/2024-55 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão

Advogado: Thiago Brhanner Garces Costa – OAB/MA n.º 8.546

Recorrida: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda

Origem: Maranhão

8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00717/2025-44

Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Minas Gerais

Advogados: Antonio Marques Carraro Junior – OAB/MG n.º 85039; Gleiciane Emanuele Duarte – OAB/MG n.º 88019

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Interessado: Diogo Pestana Rangel

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Desconstituição de ato administrativo. Recomendação nº 03/2025, editada pela 2ª Promotoria de Justiça de Abre Campo/MG. Inquérito Civil nº 04.16.0003.0014679/2022-13. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Minas Gerais

9) Proposição nº 1.00068/2026-62

Requerente: Cíntia Menezes Brunetta

Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução que dispõe sobre a atuação do Ministério Público em face de decisões judiciais, acordos ou propostas legislativas que estabeleçam remissão ou redução de pena em troca de doação de sangue, e dá outras providências.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Distrito Federal

10) Notícia de Fato nº 1.00167/2026-44 (Recurso Interno)

Recorrente: Alexandre Florentino Magalhães

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Informa a ocorrência de suposta irregularidade da atuação funcional em processo judicial.

Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker

Origem: Maranhão

Incluídos na Pauta da 10ª Sessão Ordinária de 2026 (23/06/2026)

11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01319/2024-46 (Processo Sigiloso)

Requerente: Nilo & Almeida Advogados Associados

Advogados: Leandro Zannoni Apolinario de Alencar – OAB/DF n.º 26743; Leonardo Accioly da Silva – OAB/PE n.º 17265; Daniel Augusto Mesquita – OAB/DF n.º 26871

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Requer a suspensão da Recomendação nº 09/2024, expedida pela 3ª Promotoria de Justiça de Coronel Fabriciano, que recomendou a declaração de nulidade do procedimento de inexigibilidade nº 005/2023 e do contrato de prestação de serviços nº 130/2023 firmado entre o Município de Coronel Fabriciano e o Escritório de Advocacia Nilo & Almeida Advogados Associados. Alega afronta à Recomendação CNMP nº 36, de 2016. Solicita ainda a suspensão do IC nº 0194.24.000158-7. Pedido de Liminar.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Minas Gerais

12) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01167/2025-80

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia

Advogado: Mauro Geosvaldo Ferreira Silva – OAB/BA n.º 14.855

Interessados: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Bahia

Advogado: Marcelo Silva Guimarães – OAB/BA n.º 21.034

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Apuração de conduta incompatível com o exercício do cargo. Falta de urbanidade. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00478/2025-69. Portaria nº CNMP-CODI/CN nº 22/2025.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Bahia

13) Proposição nº 1.01325/2025-66

Requerente: Ângelo Fabiano Farias da Costa

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Unidade Nacional de Perícias Médicas em Saúde Mental do Ministério Público brasileiro e dá outras providências.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Distrito Federal

14) Pedido de Providências nº 1.00529/2026-15

Requerente: Andrea Fregona

Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba

Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Atuação. Andamento de recurso. Procedimento PGA 001.2026.042098. Apuração de irregularidades em atendimento prestado em delegacia de polícia civil.

Prosseguimento de inquérito policial.

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Paraíba

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão Ordinária de 2026 (06/08/2026)

15) Notícia de Fato nº 1.01206/2025-95 (Recurso Interno)

Recorrente: Ordem dos Advogados do Brasil – Secção do Maranhão

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão

Advogados: Artur Guedes da Fonseca Mello – OAB/DF n.º 79165-A; Rogerio Mello – OAB/MA n.º 22.692-A

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.

Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira

Origem: Maranhão

16) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01430/2025-78

Requerentes: Francisco Antonio Tavora Colares; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará – SINSEMPECE

Advogado: Marcio Augusto Ribeiro Cavalcante – OAB/CE n.º 12359

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Interessado: Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENAMP

Advogado: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Nomeações de cargos de provimento em comissão em desrespeito ao percentual mínimo destinado aos servidores efetivos. Requer suspensão dos efeitos do Ato nº. 889/2025/SEGEPE e declaração de ilegalidade das nomeações para o cargo em comissão de Assessor Jurídico I, em desacordo com a Constituição Federal e com a Lei nº. 14.043/2007. Pedido de Liminar.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Ceará

17) Reclamação Disciplinar nº 1.01538/2025-42 (Processo Sigiloso)

Requerente: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Pará

Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado do Pará

Advogados: Eduardo Falcete – OAB/DF n.º 45066; Rodolfo Meira Roessing – OAB/PA n.º 12.719; João Paulo Cunha – OAB/DF n.º 52.369; Sophia Martins Magno Santos – OAB/DF n.º 73.256; Ophir Filgueiras Cavalcante Junior – OAB/PA n.º 3259; Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF n.º 16.275; Fernanda Porto Fernandes – OAB/DF n.º 50.448; Matheus Brito de Souza – OAB/DF n.º 68988; Victor Augusto de Oliveira Meira – OAB/PA n.º 23.244; Eduardo Aires Coelho Otsuki – OAB/DF n.º 64312; Naiade Nunes Pinto dos Reis – OAB/PA n.º 31.506; Roberto Lauria – OAB/PA n.º 7.388; Ana Beatriz Lacorte Araujo da Mota – OAB/PA n.º 26.752; Emy Hannah Ribeiro Mafra – OAB/PA n.º 23263

Interessados: Ministério Público do Estado do Pará; Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membros do Ministério Público do Estado do Pará.

Relator(a): Cons. Fernando da Silva Comin

Origem: Pará

18) Conflito de Atribuições nº 1.00021/2026-07

Requerente: Procuradoria da República – Paraíba

Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba

Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Paraíba. Ministério Público do Estado da Paraíba. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.24.000.000614/2025-61. Notícia de fato nº 015.2025.001314. Apuração de possível irregularidade em emissão de diploma de conclusão de curso. Universidade UNINASSAU. Município de Santa Rita/PB.

Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz
Origem: Paraíba

19) Reclamação Disciplinar nº 1.00172/2026-10 (Processo Sigiloso)
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Advogado: João Luis Brasil Batista Rolim de Castro – OAB/PA n.º 14045
Interessado: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado do Pará.
Relator(a): Cons. Fernando da Silva Comin
Origem: Pará

20) Conflito de Atribuições nº 1.00184/2026-72
Requerente: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Requerido: Procuradoria da República – Espírito Santo/Serra
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Conflito negativo de atribuições. Procedimento Gampes nº 2025.0014.1802-37 (GAMPES nº 2024.0001.0847-13). Notícia de Fato nº 1.17.000.001838/2025-24.
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz
Origem: Espírito Santo

21) Notícia de Fato nº 1.00288/2026-22 (Recurso Interno)
Recorrente: Ederson Augusto Zanetti
Recorrida: Membro do Ministério Público do Trabalho
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Trabalho. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na condução de procedimento extrajudicial.
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz
Origem: Distrito Federal

22) Conflito de Atribuições nº 1.00313/2026-78
Requerente: Ministério Público do Estado do Pará
Requerido: Procuradoria da República – Pará/Castanhal
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Ministério Público Federal. Notícia de Fato SAJ n.º 01.2025.00016616-2. Apuração da precariedade da Vila Transportuária de Miritituba, em razão de representação da Câmara Municipal de Itaituba/PA.
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz
Origem: Pará

23) Conflito de Atribuições nº 1.00500/2026-33
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Procedimento SIS 1599.0004525/2025. Notícia de Fato nº 1.34.001.003374/2025-08. Apuração de supostas irregularidades acerca do licenciamento dos estabelecimentos comerciais em funcionamento dentro do Aeroporto de Congonhas.
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: São Paulo

24) Conflito de Atribuições nº 1.00513/2026-49
Requerente: Procuradoria da República – Bahia

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.14.000.000647/2026-38. Procedimento IDEA 003.9.128074/2026. Apuração de supostas irregularidades em atendimento de paciente por parte do Hospital Sarah Kubitschek.

Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz

Origem: Bahia

25) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00667/2026-21

Requerente: Lindomar Luiz Della Libera

Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Cumprimento da Resolução CNMP nº 139/2016. Determinação para a exclusão ou cancelamento de qualquer anotação, registro, assentamento funcional, certidão ou informação acessível ao público referente aos procedimentos arquivados sem sancionamento. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (25/08/2026)

26) Reclamação Disciplinar nº 1.00591/2019-97 (Recurso Interno)

Recorrentes: José Renan Vasconcelos Calheiros; Rogerio Correia de Moura Baptista

Recorridos: Membros do Ministério Público Federal

Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Carlos Mohn Roller – OAB/DF n.º 62.938; Leandro Souza Rosa – OAB/PR n.º 30474

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membros do Ministério Público Federal.

Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira

Origem: Paraná

27) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00917/2024-25 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso

Requerido: Sigiloso

Advogado: Erick Venancio Lima do Nascimento – OAB/DF n.º 19959

Interessado: Sigiloso

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Acre. Violação de deveres disciplinares. Prática de ato incompatível com o decoro do cargo. Falta de zelo pelo prestígio dos Poderes da União, do Estado e dos Municípios, bem como das funções essenciais à Justiça. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00763/2024-62. Portaria CNMP-CODI/CN nº 35/2024.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Acre

28) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01138/2024-00 (Processo Sigiloso)

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí

Advogado: Carlos Marcio Gomes Avelino – OAB/PI n.º 3507

Defensor Dativo: Gianni Vieira de Carvalho

Interessado: Ministério Público do Estado do Piauí

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí. Reclamação Disciplinar nº 1.00872/2024-99. Cometimento de crimes contra a administração e a fé pública. Prática de atos de improbidade administrativa. Inobservância à vedação de receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Piauí

29) Proposição nº 1.00667/2025-31

Requerente: Ivana Lucia Franco Cei

Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Acréscimo do art. 7º-A, na Resolução CNMP nº 212, de 11 de maio de 2020, que “institui o Regimento Interno da Ouvidoria Nacional do Ministério Público”. Divisão de atribuições da Ouvidoria Nacional do Ministério Público.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Distrito Federal

30) Reclamação Disciplinar nº 1.00684/2025-60 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Sigiloso

Advogados: Gabriel de Moraes Correia Tomasete – OAB/RO n.º 2.641; Lucia de Fatima Ferreira Dutra – OAB/RO n.º 13956; Maracelia Lima de Oliveira – OAB/RO n.º 2549; Marina dos Santos Nascimento – OAB/RO n.º 15.280

Recorrida: Membro do Ministério Público do Estado de Rondônia

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado de Rondônia.

Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker

Origem: Rondônia

31) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00687/2025-20 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)

Embargante: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Advogados: Bruno de Mello Luzente Paulo – OAB/DF n.º 69710; Guilherme Naoum Constante – OAB/DF n.º 62896

Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Reclamação Disciplinar nº 1.00316/2025-49. Possível recebimento de vantagem indevida, bem como uso de documento falso, dentre outras infrações.

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Santa Catarina

32) Conflito de Atribuições nº 1.00845/2025-06

Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público Federal. Inquérito Policial n.º 5009441-56.2024.4.04.7104. Apuração de possível crime previsto no art. 56, da Lei n.º 9.605/98, em razão da apreensão de galões contendo herbicida de origem estrangeira, sem documentação comprobatória de sua internalização regular, por meio de abordagem policial em Tenente Portela/RS.

Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda

Origem: Rio Grande do Sul

33) Consulta nº 1.01371/2025-74

Requerentes: Claudio Franco Felix; Ministério Público do Estado do Paraná; Paulo Sergio Markowicz de Lima

Interessado: Comissão de Infância e Juventude

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. A possibilidade, os limites e os procedimentos para o compartilhamento, entre membros do Ministério Público no exercício de suas funções, de informações e elementos de prova sujeitos a sigilo judicial ou legal.

Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz

Origem: Distrito Federal

34) Proposição nº 1.01506/2025-00

Requerente: Karen Luise Vilanova Batista de Souza

Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição do Fórum Nacional do Ministério Público para a Equidade Racial (FonaerMP), objetivando a elaboração de estudos e proposição de medidas para o aperfeiçoamento quanto ao tema.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Distrito Federal

35) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00028/2026-84

Requerente: Thais Takahashi

Requeridos: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Paraná

Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná

Advogados: Rogeria Fagundes Dotti – OAB/PR n.º 20.900; Francisco Augusto Zardo Guedes – OAB/PR n.º 35303; Gustavo Cezar Bortot Vieira – OAB/PR n.º 97182; André Leonardo Meerholz – OAB/PR n.º 56113; Pedro Henrique Gallotti Kenicke – OAB/PR n.º 65870; Sebastião Pedro da Silva Junior – OAB/PR n.º 123819

Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Alegação de ausência de apreciação de fatos alegadamente de extrema gravidade por parte da Corregedoria Geral. Reclamação Disciplinar nº 302/2023. Pedido originalmente apresentado na Reclamação Disciplinar nº 1.00311/2023-90 – CNMP.

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Paraná

36) Proposição nº 1.00071/2026-21

Requerente: Ângelo Fabiano Farias da Costa

Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Altera o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, para acrescentar o § 2º ao artigo 153, que trata do Recurso Interno, renumerando o atual parágrafo único, a fim de tornar expressa a irrecorribilidade de decisões sujeitas a referendo.

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Distrito Federal

37) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00129/2026-73 (Processo Sigiloso)

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia

Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024

Interessado: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Reclamação Disciplinar n.º 1.00636/2025-44. Possível descumprimento da obrigatoriedade do ajuizamento de ação cautelar de produção antecipada de provas para realização de depoimento especial. Possível postura incompatível com sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Bahia

38) Correição nº 1.00331/2026-50

Interessados: Corregedoria Nacional do Ministério Público; Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Objeto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária com foco na promoção de Direitos Fundamentais realizada no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nas Comarcas de Porto Alegre, Caxias do Sul, Canoas e Pelotas.

Relator(a): Cons. Fernando da Silva Comin
Origem: Distrito Federal

39) Notícia de Fato nº 1.00352/2026-00 (Recurso Interno)

Recorrente: Newton Bittencourt dos Santos

Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Informa a ocorrência de supostas irregularidades da atuação funcional no bojo de processo judicial.

Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker
Origem: Rio Grande do Sul

40) Notícia de Fato nº 1.00368/2026-79 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Sigiloso

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Informa a ocorrência de supostas irregularidades da atuação funcional no bojo de processos judiciais.

Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Origem: São Paulo

41) Notícia de Fato nº 1.00455/2026-07 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Sigiloso

Advogado: Luan Martucci Santana – OAB/SP n.º 506075

Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Informa a ocorrência de supostas irregularidades da atuação funcional no bojo de processo judicial.

Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Origem: São Paulo

42) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00493/2026-70

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe

Requeridos: Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de Sergipe

Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Revisão do Processo Administrativo Disciplinar Sumário nº 001/2025. Julgamento do Recurso Administrativo GED nº 20.27.0023.0000002/2026-15 pelo Colégio de Procuradores de Justiça. Reexame da decisão.

Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz
Origem: Sergipe

43) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00523/2026-93 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas

Recorrido: Ministério Público do Estado de Alagoas

Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Controle. Ausência de apreciação conclusiva. Procedimento GED

nº 20.08.1482.0000002/2026-95. Solicitação do exercício de suas funções em regime de teletrabalho integral. Conforme Resolução CNMP nº 237/2021 e do Ato PGJ/AL nº 37/2021. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Alagoas

44) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00537/2026-52

Requerente: Weslei Machado Alves

Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas

Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Controle. Instauração e tramitação da Reclamação Disciplinar nº 10.2025.00000250-3. Determinação para que a Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas se abstenha de utilizar a mencionada Reclamação Disciplinar como antecedente, indício de reiteração ou fundamento de gravidade em qualquer outro procedimento. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz

Origem: Amazonas

45) Conflito de Atribuições nº 1.00595/2026-12

Requerente: Procuradoria da República – Pará/Castanhal

Requerido: Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.23.000.001964/2025-81. Inquérito Civil nº 06.2024.00000055-7. Apuração de irregularidades em contratação direta de escritório de advocacia pela Prefeitura do Município de Acará/PA.

Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira

Origem: Pará

46) Pedido de Providências nº 1.00597/2026-20

Requerente: Daniela Pereira da Silva

Requeridos: Conselho Nacional do Ministério Público; Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Ministério Público da União. Requer análise da compatibilidade da Norma Complementar nº 34/2023, do PlanAssiste, com os princípios constitucionais da razoabilidade, proporcionalidade e proteção à saúde, ao determinar o reingresso de beneficiários somente após transcorridos o período mínimo de seis meses do desligamento.

Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira

Origem: Distrito Federal

47) Conflito de Atribuições nº 1.00651/2026-55

Requerente: Procuradoria da República – Paraná

Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.25.000.010768/2026-12. Notícia de Fato nº 0046.26.097977-1. Apuração de eventuais irregularidades na aprovação e estruturação orçamentária das propostas culturais. Edital nº 002/2023 – Produção Audiovisual e Desenvolvimento de Roteiros. (Lei Paulo Gustavo).

Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto

Origem: Paraná

48) Notícia de Fato nº 1.00697/2026-65

Requerente: Soraya Maria Campos

Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público do Estado do Paraná. Informa a ocorrência de supostas irregularidades.

Relator(a): Cons. Fernando da Silva Comin

Origem: Paraná

49) Pedido de Providências nº 1.00709/2026-05

Requerente: Maria do Desterro Lima

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Atuação. Promoção de arquivamento. Manifestação proferida no processo 0803538-08.2025.8.18.0032. Apuração de morte suspeita. Suposto caso de suicídio. Município de Aroazes.

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Piauí

50) Conflito de Atribuições nº 1.00719/2026-41

Requerente: Ministério Público Eleitoral

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Eleitoral no Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 02.22.0008.0021828/2025-33 (Documento id. 06441240). Apuração de suposta prática do delito previsto no art. 343, do Código Penal. Oferta de vantagem a terceiros para que afirmassem falsamente terem sido coagidos a votar em determinado candidato nas eleições municipais de 2024. Município de Vassouras.

Relator(a): Cons. Carl Olav Smith

Origem: Rio de Janeiro

51) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00733/2026-09

Requerente: José Israel Masiero Filho

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo; Procuradoria Regional Eleitoral – SP

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. Representação perante a Promotoria Eleitoral da 23ª Zona Eleitoral de Bauru/SP, noticiando possível omissão patrimonial na declaração de bens de candidatos a prefeito nas eleições municipais de 2024 (NF n.º 1228.0000003/2025). Promoção de Arquivamento. Interposição de recurso perante a Procuradoria Regional Eleitoral da 3ª Região (PRR3ª-00035467/2025). Ausência de manifestação de mérito até a presente data.

Relator(a): Cons. Márcio Barra Lima

Origem: São Paulo

52) Conflito de Atribuições nº 1.00772/2026-33

Requerente: Procuradoria da República – Rondônia

Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Rondônia. Ministério Público do Estado de Rondônia. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.31.000.001317/2026-89. Procedimento nº 2025.0003.012.57733. Apuração de possíveis irregularidades na constituição da Fundação de Apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – FAIFRO.

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Rondônia

53) Pedido de Providências nº 1.00791/2026-79 (Recurso Interno)

Recorrente: Adriano Dni da Silva

Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Atuação. Promoção de arquivamento. Notícia de Fato nº 705.9.238267/2026. Promotoria de Justiça da Comarca de Paulo Afonso. Suposta omissão no exercício de atribuições funcionais.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Bahia

54) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00794/2026-30

Requerente: José Gilderlan Lins

Requeridos: Ministério Público do Trabalho; Procuradoria do Trabalho no Município de Boa Vista – 11ª

Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado de Roraima. Irregularidades relacionadas ao fornecimento de certidão funcional descritiva das atividades efetivamente desempenhadas pelo requerente. Determinação para acesso integral aos PGEAs nº 20.02.1101.0000091/2026-46 e nº 20.02.1101.0000094/2026-62. Determinação para emissão de certidão funcional descritiva referente ao período de 06/12/2010 a 15/10/2021. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker

Origem: Roraima

55) Conflito de Atribuições nº 1.00828/2026-78

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Procuradoria da República – São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. IP nº 1502200-33.2026.8.26.0344. Notícia de Fato nº 1.34.007.000046/2026-72. Apuração referente à declaração falsa e inserção de dados falsos em sistema público federal gerenciado pelo IBAMA.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: São Paulo

56) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00829/2026-21

Requerente: Associação Protetora dos Animais de Garopaba – Apag

Advogado: Marcio Cleiton Correa – OAB/SC nº 23370

Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Enunciado nº 9, editado pela Câmara Revisora Criminal do Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Acordo de não persecução penal referente a crime praticado com violência contra animal. Pedido de revisão ou revogação do ato. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Márcio Barra Lima

Origem: Santa Catarina

57) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00830/2026-83

Requerente: Wagner Reis Calmon de Siqueira

Advogado: Vamario Soares Wanderley de Souza – OAB/DF nº 69680

Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas

Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto (Edital nº 1/2022 – MPE/AM). Edital de convocação 004/2026/PGJ. Alegação de incorreta inversão de classificação de candidatos listados na ordem geral. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda

Origem: Amazonas

58) Conflito de Atribuições nº 1.00833/2026-44

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Procuradoria da República – São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. NF nº 1599.0005222/2026. Apuração referente a uso de documento falso perante órgão do Poder Judiciário Federal.

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: São Paulo

59) Conflito de Atribuições nº 1.00835/2026-51

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requeridos: Ministério Público do Trabalho; Procuradoria do Trabalho no Município de Ribeirão Preto – 15ª

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Trabalho. SEI 29.0001.0065569.2026-65 –

SIS 0225.0000039/2026. Apuração de supostas irregularidades no pagamento e na concessão de férias aos servidores do Município de Cajuru/SP.

Relator(a): Cons. Márcio Barra Lima

Origem: São Paulo

60) Conflito de Atribuições nº 1.00837/2026-69

Requerente: Procuradoria da República no Município de Mossoró/RN

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. NF – 1.28.100.000158/2025-81 (02.23.2041.0000125/2024-62). Apuração de supostas irregularidades na aplicação de recursos federais destinados à saúde bucal no Município de Carnaubais/RN, notadamente no que se refere ao repasse da verba denominada “incentivo por desempenho”, destinada aos profissionais da área de odontologia.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Rio Grande do Norte

61) Pedido de Providências nº 1.00849/2026-10 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso

Advogado: Rafael Henrique de Andrade Cezar dos Santos – OAB/BA n.º 24985

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Negativa de acesso aos autos do Procedimento IDEA nº 003.9.529004/2024. Alegação de invocação abstrata de “diligência sigilosa”. Alegação de ausência de decisão escrita, individualizada e motivada. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Bahia

62) Conflito de Atribuições nº 1.00877/2026-47

Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público do Estado de São Paulo. Procedimento: IDEA nº 003.9.315493/2026. Procedimento de inventário extrajudicial instaurado perante o 19º Tabelião de Notas da Capital do Estado de São Paulo, envolvendo existência de herdeira incapaz, com interessados residentes no Município de Lauro de Freitas/BA.

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Bahia

63) Conflito de Atribuições nº 1.00896/2026-82

Requerente: Procuradoria da República – Paraná

Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.25.000.010768/2026-12. Notícia de Fato nº 0046.26.123452-3 (Protocolo 0046.26.098112-4/1). Apuração de eventuais irregularidades na aprovação e estruturação orçamentária de propostas culturais. Edital nº 002/2023 – Produção Audiovisual e Desenvolvimento de Roteiros. (Lei Paulo Gustavo).

Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto

Origem: Paraná

64) Conflito de Atribuições nº 1.00945/2026-31

Requerente: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Requerido: Procuradoria da República – Santa Catarina

Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ministério Público Federal. Notícia de Fato Criminal n.º 01.2026.00011300-2 (1.33.005.000429/2025-17 – MPF). Descumprimento, em tese, de termo de embargo lavrado

pelo IBAMA, na manutenção de atividades agropecuárias em área de vegetação nativa anteriormente suprimida e sob restrição administrativa, no Município de Papanduva/SC.

Relator(a): Cons. Márcio Barra Lima

Origem: Santa Catarina

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA GERAL

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Distribuição Automática de Processos

Data de distribuição: 12/08/2026

Processo: 1.00946/2026-95

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE CLEMENTINO AUGUSTO RUFFEIL RODRIGUES

Processo: 1.00948/2026-00

Classe: Conflito de Atribuições

Distribuição: GABINETE CLEMENTINO AUGUSTO RUFFEIL RODRIGUES

Processo: 1.00947/2026-49

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Processo: 1.00949/2026-56

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE GREICE FONSECA STOCKER

Processo: 1.00950/2026-08

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE IVANA LUCIA FRANCO CEI

Processo: 1.00951/2026-61

Classe: Procedimento de Controle Administrativo

Distribuição: GABINETE EDVALDO NILO DE ALMEIDA

Processo: 1.00952/2026-15

Classe: Representação por Inércia ou Excesso de Prazo

Distribuição: GABINETE GREICE FONSECA STOCKER

Processo: 1.00953/2026-79

Classe: Procedimento de Controle Administrativo

Distribuição: GABINETE CARL OLAV SMITH

Data de distribuição: 13/08/2026

Processo: 1.00954/2026-22